

An abstract graphic composed of several overlapping, semi-transparent blue triangles of various shades, creating a sense of depth and movement. The triangles are arranged in a way that they appear to be pointing towards the right side of the frame. The background is a gradient of light blue to white, with soft, wavy lines that suggest a sense of flow and continuity.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCEPR

2013

4º TRIMESTRE DE 2013

CURITIBA

Apresentação

Apresentamos a prestação de contas referente ao 4º trimestre de 2013 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, retratando os resultados e encaminhamentos.

No período, esta Casa de Contas, além de suas atividades habituais, esteve empenhada em prol da transparência, no estabelecimento de parcerias, assim como na capacitação de servidores e de jurisdicionados.

No campo das parcerias celebradas no trimestre, destaca-se a consolidação de sua atuação integrada com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). Além dessas, citamos a formação da Rede Nacional de Informações Estratégicas, assim como a parceria com a Associação de Municípios do Paraná para realização de cursos e eventos à distância.

Como órgão de controle externo, o papel do TCE é fiscalizar a correta aplicação dos recursos do contribuinte, combatendo a corrupção e o desperdício, contribuindo para uma gestão pública eficaz, que ofereça bons serviços à população.

Considerando o papel pedagógico, mais uma vez, o Tribunal de Contas assumiu sua postura preventiva, trabalhando na melhoria da gestão pública e na capacitação dos agentes públicos.

Alinhado ao seu compromisso com a sociedade, o Tribunal colocou em curso várias ações de fiscalização relativas aos principais temas de interesse da população, particularmente no que diz respeito às intervenções preparatórias para a COPA 2014. Cabe destacar os pertinentes alertas emitidos pelo TCE-PR no sentido de que haveria risco de falta de recursos para concluir as reformas na Arena da Baixada, bem como atraso das obras de mobilidade, cujos custos foram majorados.

Outra ação relevante no período foi a avaliação do transporte coletivo na Região Metropolitana da capital, através de auditoria na Urbanização de Curitiba S/A (URBS), que teve como objetivo estimar a composição de custos, tarifa, critérios de reajuste, subsídios e também a administração dos valores arrecadados pelo sistema. Os resultados apontaram para possibilidade de redução no valor da passagem de ônibus, conforme ampla repercussão dada pela imprensa.

Em suma, face à complexidade das atribuições, bem como ao dever de prestar contas à população, solidifica-se o grande desafio do Tribunal em buscar a excelência no exercício do controle externo, fomentando o controle social, em especial por meio da transparência e da integração com a sociedade.

Curitiba, janeiro de 2014.

Artagão de Mattos Leão,
Conselheiro Presidente do TCE-PR



Composição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Composição do Tribunal Pleno (Biênio 2013/2014)

- Artagão de Mattos Leão – Conselheiro Presidente
- José Durval Mattos do Amaral – Conselheiro Vice Presidente
- Ivan Lelis Bonilha – Conselheiro Corregedor-Geral
- Nestor Baptista – Conselheiro
- Fernando Augusto Mello Guimarães – Conselheiro
- Caio Marcio Nogueira Soares – Conselheiro
- Fabio de Souza Camargo – Conselheiro (afastado em 27/11/2013)
- Jaime Tadeu Lechinski – Auditor
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – Auditor
- Ivens Zschoerper Linhares – Auditor
- Thiago Barbosa Cordeiro – Auditor
- Claudio Augusto Canha – Auditor
- Vera Lucia Amaro – Secretária do Tribunal Pleno

Composição das Câmaras

Primeira Câmara

- José Durval Mattos do Amaral – Conselheiro Presidente do Colegiado
- Fernando Augusto Mello Guimarães – Conselheiro
- Ivan Lelis Bonilha – Conselheiro
- Jaime Tadeu Lechinski – Auditor
- Ivens Zschoerper Linhares – Auditor
- Claudio Augusto Canha – Auditor
- Maria Estephania Domenici – Secretária da Primeira Câmara

Segunda Câmara

- Nestor Baptista – Conselheiro Presidente do Colegiado
- Caio Marcio Nogueira Soares – Conselheiro
- Fabio de Souza Camargo – Conselheiro (afastado em 27/11/2013)
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – Auditor
- Thiago Barbosa Cordeiro – Auditor
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco – Secretária da Segunda Câmara

Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

- Elizeu de Moraes Corrêa – Procurador Geral
- Ângela Cassia Costaldello
- Célia Rosana Moro Kansou
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Flávio de Azambuja Berti
- Gabriel Guy Léger
- Juliana Sternadt Reiner
- Katia Regina Puchaski
- Michael Richard Reiner
- Valéria Borba



Elaboração

Diretoria de Planejamento - DIPLAN

Revisão

Diretoria Geral - DG

Diagramação

Núcleo de Imagem



Sumário

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	6
1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ	6
1.1 PREMISSAS DA GESTÃO	7
CAPÍTULO II - PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO	7
2. TRIBUNAL DE CONTAS EM AÇÃO	7
2.1 TCE EM NÚMEROS	7
2.2 DESTAQUES DO PERÍODO	9
2.2.1 Benefícios das Ações de Controle	9
2.2.2 Outros Destaques da Ação do TCE-PR	10
CAPÍTULO III - ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	11
3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	11
3.1 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO ESTADUAL	11
3.2 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL	12
3.3 CONTROLES DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	13
3.4 APRECIÇÃO DOS ATOS DE PESSOAL PARA FINS DE REGISTRO	14
3.5 AUDITORIAS OPERACIONAIS	15
3.6 PROCESSOS AUTUADOS E DISTRIBUÍDOS	15
3.7 DECISÕES PROFERIDAS	16
3.8 EMISSÃO DE CERTIDÕES LIBERATÓRIAS	17
3.9 RECUPERAÇÃO DE RECEITA DECORRENTE DE DECISÕES DO TCE	17
3.10 ATIVIDADES DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	18
3.11 COMISSÃO COPA 2014	20
3.12 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE-PR	21
CAPÍTULO IV - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	21
4. PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	21
5. GESTÃO DE PROJETOS	22
5.1 PORTFÓLIO DE PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS	22
5.1.1 Portfólio de Programas e Projetos Institucionais da Gestão 2013/2014	23
6. ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO	26
7. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL	29
8. GESTÃO DE PESSOAS	30
9. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30
10. ATOS NORMATIVOS	31
11. ATIVIDADES DA SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO	32
CAPÍTULO V - COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO	33
12. COMUNICAÇÃO	33
13. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	34
13.1 CONVÊNIOS E CONGÊNERES	34
13.1.1 Parcerias Relevantes - Vigentes ou em Tramitação no Período	35
13.2 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL	40
CAPÍTULO VI – ANEXOS E OUTRAS INFORMAÇÕES	42
14. ANEXOS	42
14.1 ANEXO I – “ORGANOGRAMA”	42
15. FONTES DE INFORMAÇÕES	43
16. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	43

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), criado em 02 de junho de 1947, é o órgão constitucional de controle externo do Paraná, de seus municípios e das respectivas entidades públicas, com jurisdição em todo o território estadual.

Com foco no controle da utilização da coisa pública, atua pautado pelos princípios da ética e da justiça, buscando não apenas a vigilância na atuação dos jurisdicionados, mas a orientação na aplicação eficiente, eficaz e econômica de todos os recursos públicos.

A Casa de Contas paranaense é integrada por sete Conselheiros, quatro deles escolhidos pela Assembleia Legislativa. Os outros três são escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Casa de Leis estadual, sendo um de livre escolha, e dois, alternadamente, entre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, na forma estabelecida no art. 127 da Lei Orgânica do TCE-PR.

➤ Jurisdição

Desde a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, em 1989, a regulamentação do Tribunal de Contas encontra assento nos artigos 74 a 78 da referida Carta Magna, tendo sua organização, competência, jurisdição e forma de atuações reguladas pela Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, Lei Orgânica do TCE-PR.

De acordo com a diretriz constitucional, a competência do Tribunal abrange a fiscalização da aplicação de quaisquer recursos públicos, tanto diretamente pelos entes políticos (Estado do Paraná e seus 399 Municípios) e pelos respectivos órgãos e empresas, quanto daqueles repassados a entidades privadas através das diversas modalidades de transferências previstas em lei.

Destarte, são jurisdicionadas do Tribunal de Contas todas as entidades públicas, pessoas jurídicas e físicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Poder Público responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Através de sua atuação, esta Casa de Contas, tanto objetiva orientar seus jurisdicionados acerca da legalidade, legitimidade e economicidade, na busca do melhor desempenho e transparência, quanto busca coibir e punir aquelas atuações que desrespeitem essas diretrizes.

A atividade por excelência do Tribunal é o exercício do controle técnico da legalidade dos atos da Administração Pública, em especial do ponto de vista contábil e financeiro, com vistas a identificar a regularidade e a probidade no emprego de dinheiro, bens e valores públicos.

Sendo assim, o TCE-PR assume um papel fundamental, pois está presente para atender o anseio da sociedade de que as receitas públicas (como as receitas tributárias, multas, transferências, operações de crédito e outras receitas) sejam bem aplicadas e retornem em forma de políticas e serviços públicos de qualidade, contribuindo para o melhor desempenho e transparência da Administração Pública.

➤ **Competências**

As competências do Tribunal de Contas estão elencadas na Constituição Estadual (artigos 74 a 78) e na Lei Complementar 113/2005.

1.1 PREMISSAS DA GESTÃO

Como resultado das ações de planejamento da gestão projetadas para 2013/2014, foram traçadas as seguintes diretrizes como sendo cruciais para o atingimento das metas:

1. Valorização e Qualificação dos Servidores;
2. Orientação aos Jurisdicionados;
3. Perspectiva de Processos Institucionais;
4. Investimentos em Infraestrutura;
5. Investimentos em Tecnologia de Informação;
6. Renovação do Portfólio de Projetos;
7. Ampliação da Presença do Tribunal;
8. Práticas de Gestão e Parcerias.

CAPÍTULO II - PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

2. TRIBUNAL DE CONTAS EM AÇÃO

2.1 TCE EM NÚMEROS

A seguir, consta a tabela com os dados quantitativos do TCE-PR referentes ao período destacado:

DADOS QUANTITATIVOS DO TCE-PR	4º trimestre 2013
Quantidade de processos autuados	5.446
Produção total de instruções emitidas pela Diretoria Contas Estaduais (DCE)	66
Prestações de contas de âmbito estadual instruídas pela DCE	45
Produção total de instruções emitidas pela Diretoria de Contas Municipais (DCM)	834
Prestações de contas de âmbito municipal instruídas pela DCM	648

Produção total de instruções emitidas pela Diretoria Análise de Transferências (DAT)	1.306
Prestações de contas de transferências instruídas pela DAT	1.270
Processos de Tomadas de Contas instruídos pela DAT	31
Processos de atos de pessoal analisados (nº de pareceres)	2.848
Produção de processos com parecer conclusivo pelo Ministério Público junto ao TC	4.470
Decisões proferidas (acórdão, acórdão de parecer prévio e decisão definitiva monocrática)	3.009
Emissão de certidões liberatórias	5.910
Capacitações para jurisdicionados: nº de participantes em cursos presenciais	404
Capacitações para servidores: nº de participantes em cursos presenciais internos e externos	612
Releases produzidos para imprensa pela Diretoria de Comunicação Social	171
Periódico eletrônico "Contando para Você" (circulação interna)	11
Produção do boletim eletrônico - TECER	7
Postagens em redes sociais	247
Quadro total de servidores efetivos ativos (nível fundamental, médio e superior).	598
Aposentadorias no período	3
Exonerações de servidores efetivos	3
Sanções pecuniárias, já considerando restituições de valores e multas: o que o TCE mandou devolver	R\$ 2.789.733,80
Valor recolhido ao Estado e aos Municípios (o que foi efetivamente cumprido), já considerando as multas	R\$ 636.591,31
Multa administrativa + multa por infração fiscal + multa proporcional ao dano (erário estadual): quanto o TCE mandou devolver	R\$ 424.592,98
Multa administrativa + multa por infração fiscal + multa proporcional ao dano (erário estadual): quanto foi efetivamente cumprido	R\$ 187.988,21
Dotação orçamentária (para o ano de 2013)	R\$ 350.833.620,00
Despesas empenhadas no período	R\$ 56.893.233,71
Despesas liquidadas no período	R\$ 62.156.906,63

Tabela 1 – Fonte: Sistema de Trâmite e Unidades Internas do TCE-PR.



2.2 DESTAQUES DO PERÍODO

Neste item, constam as principais manchetes das matérias veiculadas pela Diretoria de Comunicação Social (DCS) no trimestre em análise, as quais estão categorizadas, primeiramente, naquelas ações que resultaram em benefícios à sociedade e, na sequência, outros destaques da ação do Tribunal.

2.2.1 Benefícios das Ações de Controle

Os resultados positivos das ações de controle são, em grande parte, imensuráveis em termos financeiros. Advêm da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

Para fins de elaboração deste Relatório, consideramos benefício como sendo débito, multa, economia, ganho ou melhoria decorrente da atuação do Tribunal, bem como a expectativa de controle gerada pelas ações desta Casa de Contas.

O benefício da ação de controle será financeiro, se quantificado e expresso em moeda, não financeiro, se quantificado e expresso em outras unidades de medida, ou qualitativo, se a quantificação for inviável ou totalmente subjetiva.

Adiante, em ordem cronológica, estão sintetizadas e quantificadas algumas dessas deliberações através das notícias publicadas no portal do TCE-PR.

4º trimestre de 2013
- Multado ex-prefeito de Maringá por falha formal em licitação para manutenção de frota
- TCE cobra R\$ 140 mil que Apucarana gastou com publicidade em feira e novela das sete
- TCE aponta risco de faltar recursos para concluir Arena e pede suspensão de repasses
- Obras de mobilidade da Copa permanecem atrasadas e têm custo aumentado
- TCE confirma inadimplência da CAP S/A junto à Fomento Paraná
- Hospital de São José dos Pinhais deve devolver ao Estado R\$ 88 mil
- UFPR deixa de aplicar R\$ 800 mil em pesquisa com medula óssea para transplante de coração
- TCE aplica multas a prefeito de Manguaçu por nomeação de parentes de diretores
- TCE multa ex-gestores de São José dos Pinhais por cláusulas ilegais em edital de licitação
- TCE interpela Urbs sobre contratação de nova auditoria na tarifa de ônibus
- Oscip devolverá R\$ 129 mil de taxa administrativa irregular cobrada de Juranda
- Instituto Agroecológico não comprova investimentos e terá de devolver R\$ 348 mil
- TCE confirma favorecimento em licitação da Prefeitura de Amaporã para serviços
- Falta de transparência leva à rejeição das contas de 2012 da Câmara de Cruzeiro do Oeste
- Entidade de Colorado não comprova gasto e deve recolher R\$ 36,7 mil ao tesouro estadual
- Mantida devolução de R\$ 240 mil pela Adesobras ao Município de Guaíra
- Vereadores de Inajá terão de devolver dinheiro recebido a mais
- Pleno nega recurso e mantém multa de R\$ 130,8 mil a ex-prefeito de Foz do Iguaçu
- Entidade e gestor devem devolver R\$ 60 mil à Fundação Araucária
- Pleno aplica multas por irregularidades na venda de trilhos pela Ferroeste



- Novo cadastro reúne dados de 2.659 agentes públicos inadimplentes
- Auditoria social comprova falhas no transporte de estudantes em Goioerê
- Ex-gestores de projetos para jovens agricultores deverão devolver R\$ 291,6 mil
- Santa Casa de Campo Mourão é condenada a devolver R\$ 800 mil
- Assistencialismo em ano eleitoral em São Jorge do Oeste é punido com devolução de recursos
- Prefeito de Cascavel recebe multas por irregularidades em convênios
- TCE aplica 147 multas a ex-prefeito de Contenda por fraudes
- Tarifa de transporte tem custos injustificáveis, diz coordenador de auditoria
- Associação maringense não prova gastos e deve restituir R\$ 81 mil
- Irregularidade em licitação gera multas em Londrina
- Municípios falham com transparência contábil e têm contas irregulares
- TCE desaprova conta da Uniãoeste e manda devolver R\$ 59,7 mil ao Estado
- Fundação Itaipu tem perda financeira de R\$ 287 mil em convênio irregular no TCE
- Brasil economizou R\$ 700 mi nas obras da Copa de 2014 graças ao controle externo
- Inércia em investir no transporte escolar gera multa a ex-prefeito
- Prejuízo na construção de hospital em Foz pode chegar a R\$ 4,1 milhões
- Corregedor do TCE manda suspender o 13º dos vereadores de Curitiba
- Pleno do TCE confirma suspensão de licitação no Detran
- Vereadores de Curiúva terão de devolver dinheiro recebido a mais
- Ex-secretário Hitoshi Nakamura terá de devolver R\$ 1,5 milhão, confirma TCE
- Desobediência à determinação judicial rende multas em São José dos Pinhais

Tabela 2 - Fonte: portal do TCE-PR (www.tce.pr.gov.br).

2.2.2 Outros Destaques da Ação do TCE-PR

Neste item, constam as principais notícias de assuntos gerais que foram veiculadas no portal do TCE-PR, em ordem cronológica, pela Diretoria de Comunicação Social no 4º trimestre de 2013.

4º trimestre de 2013
- TCE fiscaliza R\$ 4,7 bilhões transferidos pelo setor público a entidades privadas
- Paraná lança projeto que deve unificar portais da transparência a partir de 2014
- Auditoria na Urbs é destaque em evento nacional dos TCs sobre tarifas
- TCE e TJ estreitam relação pela transparência e a moralidade da gestão pública no Paraná
- Nova Contabilidade Pública é tema de fórum para os Tribunais de Contas
- Gratificação por dedicação exclusiva para cargo em comissão é ilegal, confirma Pleno
- Ensino à distância inaugura nova era na capacitação do gestor público
- Prêmio reconhece 23 boas práticas municipais no Paraná
- TCE e AMP criam sistema de educação à distância usando rede de fibra ótica
- TCE estabelece novos critérios para emissão de certidões liberatórias
- Nota Oficial do TCE sobre o afastamento do conselheiro Fábio Camargo
- XXVII Congresso aponta evolução e importância do controle externo
- Presidente recebe homenagem no Congresso dos Tribunais de Contas
- Conselheiro Artagão é vice em chapa vitoriosa na eleição da Atricon
- Tribunal divulga relação de empresas impedidas de licitar com setor público
- Obras públicas precisam avançar em controle e acessibilidade

Tabela 3 - Fonte: portal do TCE-PR (www.tce.pr.gov.br).

CAPÍTULO III - ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

O controle externo é exercido pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), conforme preceitua o art. 74 da Constituição Estadual. Dentre as competências estabelecidas, incumbe ao TCE auxiliá-la na fiscalização da Administração Pública das esferas estadual e municipal, por meio de inspeções e auditorias, acompanhando a execução contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de metas das unidades administrativas dos Poderes Públicos e, ainda, dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

Destarte, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da Administração Pública, fiscalizando, também, obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, bem como outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros.

Tal acompanhamento visa à verificação dos atos quanto à legitimidade e à economicidade, bem como quanto aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e impessoalidade.

As diretorias de Contas Municipais (DCM), de Contas Estaduais (DCE) e de Análise de Transferência (DAT) são responsáveis pela instrução em processos de prestações de contas dos respectivos assuntos. Uma vez encerrada a fase inicial, com o cumprimento do devido processo legal (direito a contraditório e eventuais diligências, se for o caso), os processos são encaminhados para o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPjTC) para emissão de parecer, para, então, serem enviados à apreciação dos Conselheiros ou Auditores Relatores.

3.1 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO ESTADUAL

O principal trabalho da Diretoria de Contas Estaduais (DCE) é instruir os processos de prestações de contas referentes às contas de entidades da esfera estadual integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, incluídas as autarquias, fundos especiais, sociedades de economia mista, empresas públicas, serviços sociais autônomos, fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, além das contas do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Além disso, também passam pela DCE processos relativos a outros assuntos, tais como: consulta, denúncia, tomada de contas extraordinária, certidão liberatória, dentre outros.

A tabela a seguir apresenta a quantidade de instruções e informações produzidas no período:

Item de controle	4º trimestre 2013
Produção de INSTRUÇÕES emitidas em prestações de contas de âmbito estadual	45
Produção total de INSTRUÇÕES emitidas	66
Produção total de INFORMAÇÕES emitidas	897

Tabela 4 – Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

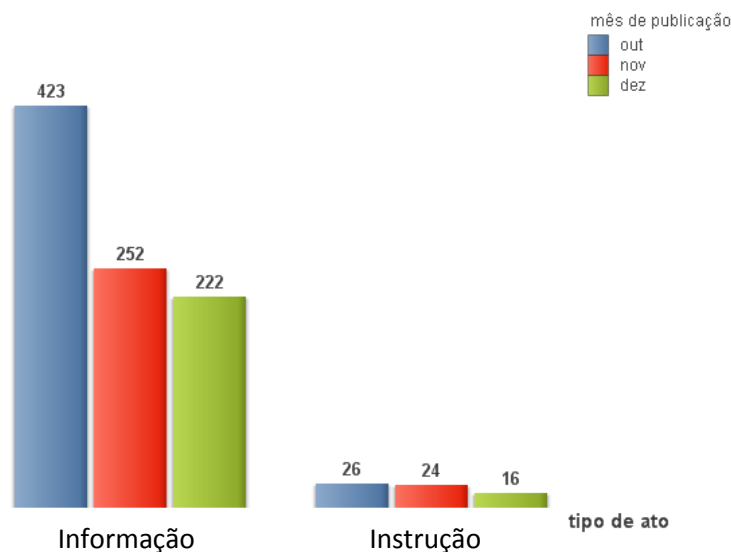


Gráfico 1 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

3.2 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL

Por sua vez, a Diretoria de Contas Municipais (DCM) é incumbida de instruir os processos de prestações de contas referentes às entidades de âmbito municipal, incluídas as prefeituras municipais, as câmaras de vereadores e as entidades municipais (autarquias, fundações, sociedades de economia mista, fundos, empresas públicas e consórcios).

Assim como a DCE, pela DCM também tramitam diversos assuntos, como, por exemplo, alertas, certidões liberatórias, denúncias, recursos de revista, relatórios de inspeção, tomadas de contas extraordinárias, dentre outros.

A tabela a seguir apresenta a quantidade de instruções e informações relativa à totalidade de assuntos pertinentes à DCM:

Item de controle	4º trimestre 2013
Produção total de INSTRUÇÕES emitidas	834
Produção total de INFORMAÇÕES emitidas	631
PRODUÇÃO TOTAL – DCM	1.465

Tabela 5 – Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

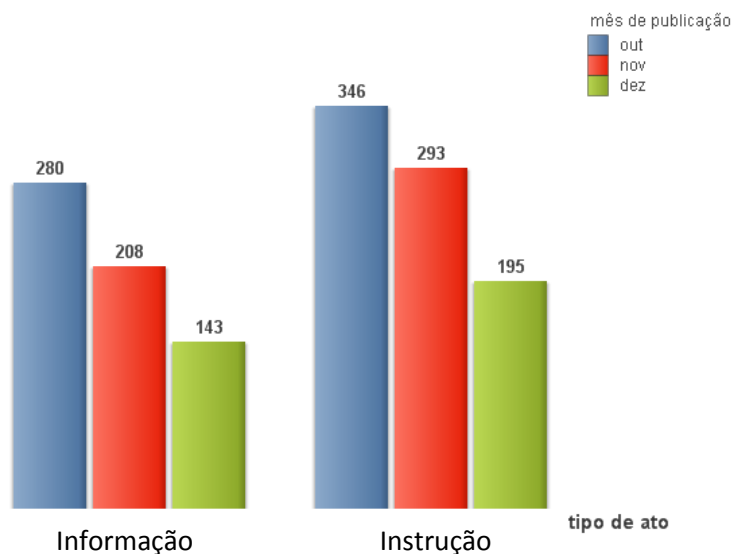


Gráfico 2 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

No que tange às análises de prestações de âmbito municipal (prestação de contas anual, do prefeito e municipal), a DCM apresentou a seguinte produção, conforme os quadros a seguir:

Item de controle	4º trimestre 2013
Produção de INSTRUÇÕES emitidas em processos de prestações de contas	648
Produção de INFORMAÇÕES emitidas em processos de prestações de contas	264
TOTAL DE ANÁLISES	912

Tabela 6 – Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

3.3 CONTROLES DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Durante o período em comento, foi apresentada a seguinte produção pela DAT referente a todos os assuntos por que lá passam (prestações de contas de transferência, tomada de contas ordinária e extraordinária, recurso de revista, dentre outros):

Item de controle	4º trimestre 2013
Produção total de INSTRUÇÕES emitidas	1.306
Produção total de INFORMAÇÕES emitidas	259
Produção total de PARECERES emitidos	43

Tabela 7 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

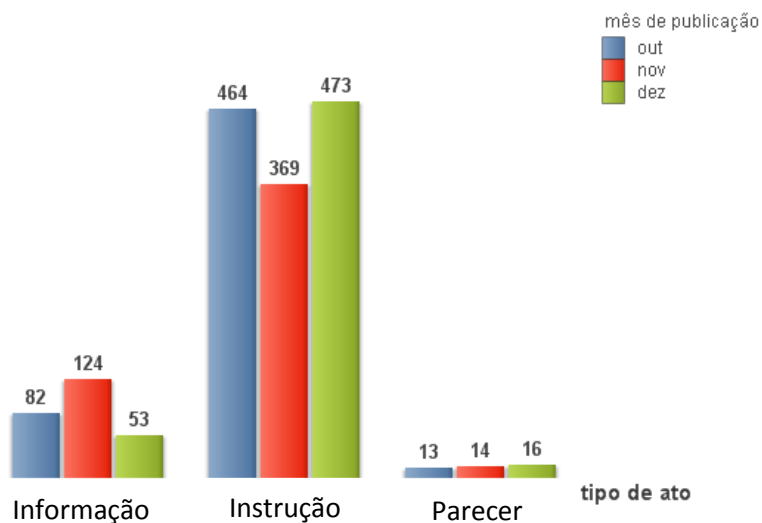


Gráfico 3 – Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

3.4 APRECIÇÃO DOS ATOS DE PESSOAL PARA FINS DE REGISTRO

No 4º trimestre de 2013, a Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DICAP) apresentou a seguinte produção em processos relativos a atos de pessoal:

Item de controle	4º trimestre 2013
Produção total de PARECERES emitidos	2.848
Produção total de INFORMAÇÕES emitidas	3.297

Tabela 8 – Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

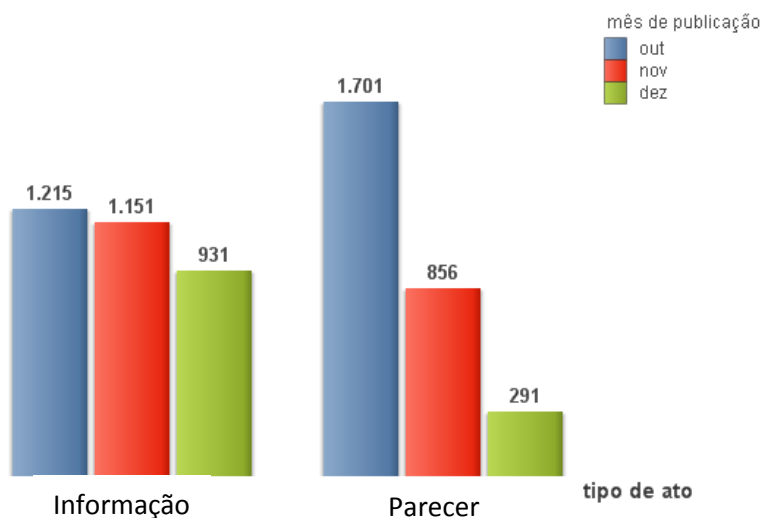


Gráfico 4 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

3.5 AUDITORIAS OPERACIONAIS

As Auditorias Operacionais (AOPs), diferentemente das Auditorias de Regularidade (que costumam adotar padrões relativamente fixos), possuem maior variedade e complexidade na escolha de temas, objetos de auditoria, métodos de trabalho e forma de comunicar as conclusões de auditoria. Em função disso, necessitam de conhecimentos especializados e abordagem diferenciada, como no caso das avaliações de programa, auditoria de tecnologia de informação e meio ambiente.

A seguir, constam as auditorias operacionais em tramitação durante o último trimestre de 2013:

➤ **Auditorias Operacionais em tramitação:**

AUDITORIAS OPERACIONAIS EM ANDAMENTO			
Nº	AUDITORIA	FORMALIZAÇÃO	FASE
1	Auditoria Aterro Sanitário de Curitiba	Processo nº 538143/11	Encontra-se no gabinete do Cons. Fábio Camargo.
2	Auditoria no Pedágio Ecocataratas	Processo nº 398643/11	Em análise da Comissão de Servidores designada pela portaria nº 775/11, no que se refere à apresentação de novos documentos, mediante protocolo 889060/13.
3	AOP na Folha de Pagamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública	Processo nº 873195/13	Relatório encerrado e disponibilizado no Diário Eletrônico do TCE-PR.
4	AOP na Urbanização de Curitiba S/A (URBS) e no Fundo de Urbanização de Curitiba (FUC)	Processo nº 624373/13	Relatório Encerrado.
5	Auditoria no Pedágio – Econorte, Viapar, Caminhos do Paraná e Ecovia	Portaria nº 437/13	Em andamento.
6	Auditoria no Pedágio – CCR RODONORTE	Portaria nº 250/13, prorrogada pela Portaria nº 588/13	Em andamento.
7	AOP nas Ações de Governo – Ensino Médio	Portaria nº 512/13	Aguardando Contraditório da Secretaria de Educação do Paraná.

Tabela 9 - Fonte: Diretoria de Auditorias (DAUD).

3.6 PROCESSOS AUTUADOS E DISTRIBUÍDOS

Na tabela abaixo, consta a quantidade de processos autuados no decorrer do último trimestre de 2013.

Item de controle	4º trimestre 2013
Processos autuados	5.446

Tabela 10 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

Os processos autuados nesse período de 2013 foram distribuídos da seguinte forma:

Relator	Resumo da Distribuição de Processos por Relator
CONSELHEIRO	4º Trimestre 2013
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO	280
CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES	432
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO	370
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES	548
IVAN LELIS BONILHA	684
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL	600
NESTOR BAPTISTA	558
AUDITOR	
CLÁUDIO AUGUSTO CANHA	247
IVENS ZSCHOERPER LINHARES	283
JAIME TADEU LECHINSKI	229
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA	240
THIAGO BARBOSA CORDEIRO	219
TOTAL	4.690

Tabela 11 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

Constata-se que a quantidade de processos autuados na tabela acima é aquém da registrada na tabela 10 pelo fato de que apenas os processos que requerem decisão são distribuídos aos Conselheiros e Auditores.

3.7 DECISÕES PROFERIDAS

Os processos apreciados, que representaram a produção processual do Tribunal (Processos com Decisões Definitivas Monocráticas, Acórdãos e Acórdão de Parecer Prévio) constam da tabela abaixo:

Tipo de Decisão	Decisões Proferidas
	4º Trimestre 2013
Acórdão (ACO)	1.689
Acórdão de Parecer Prévio (PPR)	160
Decisão Definitiva Monocrática (DDM)	1.160
TOTAL	3.009

Tabela 12 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

A seguir, consta a produção de decisões categorizadas por relator no período ora em tela:

RELATOR	Processos com decisão			TOTAL de decisões por relator
	ACO	DDM	PPR	4º trimestre 2013
CONSELHEIRO				
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO	23	-	-	23
CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES	93	70	15	178
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO	120	110	25	255
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARAES	225	108	29	362
IVAN LELIS BONILHA	183	13	20	216
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL	145	54	14	213
NESTOR BAPTISTA	179	125	35	339
AUDITOR				
CLÁUDIO AUGUSTO CANHA	491	-	10	501
IVENS ZSCHOERPER LINHARES	101	150	8	259
JAIME TADEU LECHINSKI	19	215	2	236
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA	48	217	-	265
THIAGO BARBOSA CORDEIRO	62	98	2	162
TOTAL	1.689	1.160	160	3.009

Tabela 13 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

3.8 EMISSÃO DE CERTIDÕES LIBERATÓRIAS

A emissão de certidões liberatórias para fins de habilitação ao recebimento de transferências e realização de operações de crédito de qualquer natureza pelo poder executivo Estadual e Municipal está condicionada ao preenchimento dos requisitos legais contidos nos artigos 289 a 297 do Regimento Interno e em demais atos normativos do Tribunal.

No trimestre, foram emitidas as seguintes certidões liberatórias:

Certidões Liberatórias Emitidas	
4º trimestre de 2013	5.910

Tabela 14 - Fonte: Sistema de Trâmite do TCE-PR.

3.9 RECUPERAÇÃO DE RECEITA DECORRENTE DE DECISÕES DO TCE

Abaixo, consta a tabela com as sanções pecuniárias aplicadas pelo TCE no período, conforme informações fornecidas pela Diretoria de Execuções (DEX):

Sanções por Erário	4º TRIMESTRE - 2013			
	Erário	Qtde.	VALOR APLICADO (R\$)	VALOR RECOLHIDO (R\$)
Multa Administrativa	Estadual	395	322.333,59	146.604,82
Multa por Infração Fiscal	Estadual	3	72.684,40	34.864,20
Multa Proporcional ao Dano	Estadual	16	29.574,99	6.519,19
Restituição de Valores	Estadual	22	993.016,67	436.463,00
Restituição de Valores	Municipal	54	1.372.124,15	12.140,10
TOTAL		490	2.789.733,80	636.591,31

Tabela 15 - Fonte: Diretoria de Execuções.

3.10 ATIVIDADES DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Durante o período ora em comento, a Diretoria de Fiscalização de Obras Públicas (DIFOP) desenvolveu ou participou das seguintes atividades:

➤ **COMISSAO COPA 2014**

No período, a Diretoria registrou os seguintes trabalhos:

- Validação dos trabalhos relacionados à verificação dos projetos e orçamentos das obras, referente ao convênio firmado com a Universidade Federal do Paraná (UFPR);
- Fiscalização no processo de contratação e execução das obras de mobilidade de responsabilidade do Município de Curitiba e do Estado do Paraná, em observância ao estabelecido na Matriz de Responsabilidades, firmada entre o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais para viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização da Copa do Mundo 2014;
- Fiscalização da aplicação dos recursos públicos destinados à obra de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo (Arena da Baixada);
- Divulgação, em 16 de outubro de 2013, do Relatório nº 08/2013, referente à atualização de prazos e valores das obras de mobilidade urbana e disponibilização do mesmo no site do TCE-PR;
- Divulgação, na mesma data, do Relatório nº 09/2013, referente ao Estádio Joaquim Américo e disponibilização no site do TCE-PR, porém, abordando questões referentes:
 - Às fontes de recursos para viabilizar a adaptação do Estádio às exigências da FIFA;
 - Ao Projeto Executivo da obra, considerando a compatibilidade entre seus diferentes elementos e a aderência do valor orçado aos valores de mercado; e

- À compatibilidade entre os serviços planejados e sua efetiva execução.
- À elaboração de novo relatório, referente à atualização de prazos e valores das obras de mobilidade urbana e do Estádio Joaquim Américo.

➤ **COMISSÃO METRÔ LINHA AZUL**

A comissão visa ao acompanhamento do processo de contratação e execução do Projeto Linha Azul, Santa Cândida/CIC Sul, do Sistema de metrô da Capital, pela Prefeitura Municipal.

No 4º trimestre de 2013, com a definição efetuada pela Prefeitura Municipal de Curitiba a respeito do projeto vencedor do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), a Comissão efetuou estudo preliminar do referido projeto e esteve presente na apresentação, direcionada ao TCE-PR, realizada pela Prefeitura, responsável pelo Metrô de Curitiba.

➤ **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS**

A análise técnica das contas dos Poderes Executivos municipais paranaenses destina-se a subsidiar os respectivos pareceres prévios emitidos pelo órgão colegiado competente, sendo configurada com base na apreciação geral dos resultados da gestão orçamentária, patrimonial e financeira do exercício, dos aspectos relacionados à análise de gestão fiscal.

No período em questão, a Diretoria de Fiscalização de Obras Públicas realizou a análise de 26 prestações de contas municipais, referentes a 40 obras públicas paralisadas, analisadas segundo dois critérios: obras executadas com recursos próprios ou provenientes de operação de crédito; obras referentes a hospitais, postos de saúde, pavimentação, escolas ou creches.

➤ **PROJETO OBRAS CONCLUÍDAS**

O Projeto é uma iniciativa conjunta do Tribunal de Contas do Paraná com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR), que consiste na verificação da situação das obras públicas municipais cadastradas como concluídas no SIM-AM (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) até dezembro de 2012. O trabalho resultou em um relatório com os resultados encontrados analisados de forma agrupada, divulgado e publicado em dezembro de 2013 no site do TCE-PR.

O projeto contemplou 502 obras, totalizando R\$ 302.666.909,91 em recursos investidos em 175 municípios a serem fiscalizados. Deste universo, 450 obras foram repassadas ao CREA-PR, para serem verificadas pelos profissionais desse órgão. Restaram 52 obras a cargo do TCE-PR, pois se tratavam de locais de difícil identificação ou acesso e que dependiam de contato com a entidade municipal.

No trimestre, foram fiscalizadas 38 obras públicas municipais nos municípios de Santa Helena, Cascavel, São José dos Pinhais, Colombo e Cambará, tendo sido concluída a totalidade que estava a cargo do TCE-PR.

➤ **PROJETO LICITAÇÕES**

No último trimestre de 2013, foi iniciado o Projeto Licitações, conjuntamente entre as Diretorias Fiscalização de Obras Públicas (DIFOP) e de Informações Estratégicas (DIE).

O Projeto consiste no desenvolvimento de análises amostrais de editais de licitação de obras e serviços de engenharia, sem deslocamento ao ente auditado, dentro de um período de tempo que possibilite a intervenção do TCE-PR, ou seja, antes da concretização da contratação correspondente, no caso de ser verificada a ocorrência de irregularidades.

Com este trabalho, espera-se possibilitar economia ao erário, na medida em que sejam evitados desvios nos procedimentos licitatórios, bem como aumento da percepção desta Casa de Contas acerca do ambiente geral de controle dos entes fiscalizados.

3.11 COMISSÃO COPA 2014

Uma das mais importantes ações estratégicas encampadas pela atual gestão do TCE-PR é a fiscalização das obras financiadas com recursos do PAC da Copa 2014. Neste escopo, estão incluídas as ações de mobilidade de responsabilidade do município de Curitiba e do Governo do Estado do Paraná, com ênfase no acompanhamento da execução dos contratos, no cumprimento dos prazos, na realização das despesas e na eficiência e eficácia das ações.

Inicialmente, eram 12 (doze) obras a serem fiscalizadas, divididas entre municipais (responsabilidade da prefeitura de Curitiba) e estaduais (responsabilidade do governo do Estado), conforme as tabelas a seguir. Entretanto, atualmente, estão em execução 11 (onze), depois do cancelamento de duas (Avenida Cândido de Abreu e do Corredor Metropolitano) e da inclusão de outra (estádio Joaquim Américo Guimarães), de responsabilidade da CAP/SA.

- Local: Curitiba
- Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Curitiba

Obra	Situação
Corredor Avenida Cândido de Abreu	cancelada
Corredor Aeroporto/ Rodoferroviária (trecho Rodoferroviária/Divisa Municipal)	em andamento
Requalificações da Rodoferroviária e seus Acessos	em andamento
Requalificação do Terminal Santa Cândida	em andamento
Sistema Integrado de Monitoramento	em andamento
Extensão da Linha Verde Sul	em andamento
Requalificação do Terminal Marechal Floriano	em andamento
Reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães*	em andamento (incluída pelo Acórdão 0664-10/13 TCU de 27/03/2013)

Tabela 16 – Fonte: Relatório de Auditoria nº 6 – Copa de 2014. Obras realizadas em Curitiba.

*OBS: esta obra é de responsabilidade da CAP/SA por se tratar de obra privada.

- Local: Região Metropolitana de Curitiba
- Responsabilidade: Governo do Estado do Paraná

Obra	Situação
Corredor Aeroporto/ Rodoferroviária (trecho divisa municipal/aeroporto)	em andamento



Requalificação do Corredor Marechal Floriano	em andamento
Sistema Integrado de Monitoramento Metropolitano	em andamento
Corredor Metropolitano	cancelada
Vias de Integração Radial Metropolitanas	em andamento

Tabela 17 – Fonte: Relatório de Auditoria nº 6 – Copa de 2014. Obras realizadas na Região Metropolitana de Curitiba.

Vale lembrar que a Comissão exerce constante fiscalização dos processos de contratação e execução das obras e, no período em questão, em conjunto com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), foram validados os trabalhos relacionados à verificação dos projetos e orçamentos das mesmas.

3.12 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE-PR

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado (MPjTC) tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

➤ Atividade Processual

O MPjTC, durante o período em tela, obteve a seguinte quantidade de produção processual, conforme descreve a tabela abaixo:

Item de controle	4º trimestre 2013
Produção de processos com <u>pareceres</u> conclusivos	4.470

Tabela 18 – Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

CAPÍTULO IV - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

4. PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

➤ GESTÃO DE METAS

Considerando as diretrizes do Presidente para 2013/2014 (item 1.1 - Premissas da Gestão) e visando ao atingimento das metas e objetivos estratégicos, o TCE-PR elencou os assuntos relacionados a atos de pessoal, prestações de contas anuais e de transferências com o intuito de acompanhar a produção de instruções e pareceres, bem como a evolução dos respectivos estoques.

Estes processos são instruídos pelas seguintes unidades: DICAP, DCE, DCM e DAT, cuja soma representa aproximadamente 90% de todos os assuntos desta Casa de Contas.

A Diretoria de Planejamento (DIPLAN) desenvolveu um Sistema de Gestão de Metas, o qual consiste na análise do banco de dados do sistema de trâmite. A partir de então, tem acompanhado em tempo real diversas informações, tais como distribuição de processos, produção e estoques. Considerando que uma de suas atribuições é o monitoramento do alcance das metas (das unidades-fim),

por meio de indicadores estratégicos, tudo isso veio a aperfeiçoar a gestão, porquanto tal ferramenta facilitou o processo de tomada de decisões tanto em nível estratégico quanto tático e operacional.

5. GESTÃO DE PROJETOS

A fim de dar respostas mais rápidas e efetivas às demandas da sociedade, ferramentas modernas de gestão e de estratégia institucional se mostram necessárias para o fortalecimento da atuação do TCE-PR, como, por exemplo, as melhores práticas contidas no PMBOK® (*Project Management Body of Knowledge*), voltadas para a estruturação de projetos.

Em um contexto de gestão estratégica, a gestão de projetos é um instrumento para auxiliar o TCE-PR no cumprimento de sua missão através de ações coordenadas entendidas como prioritárias e pautadas nos valores do órgão, que são extraídas dos objetivos estratégicos.

5.1 PORTFÓLIO DE PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS

O trabalho de gestão por projetos no TCE-PR tem como documento regulamentador a Instrução Normativa nº78/2012, cuja ferramenta padrão de gerenciamento é o *software Channel*, seguindo a metodologia descrita no “Guia de Gestão de Projetos” e no “Guia de Gestão de Portfólio de Projetos Institucionais”, ambos elaborados pela DIPLAN.

Durante o período em análise, foi dada continuidade à finalização dos projetos em andamento, bem como o planejamento e a renovação do Portfólio, tendo como principais objetivos, no biênio 2013/2014, a intensificação, tanto do uso da tecnologia da informação, quanto do estabelecimento de parcerias institucionais.

A seguir, consta a tabela com a situação de cada um dos projetos em continuidade, assim como os novos, a saber:

Programas	Projetos	Realizado	Previsão de término
Projetos não vinculados a algum programa	Projeto AP – Atos de Pessoal	51,45%	05/09/2016
	Projeto SIM– PCA	99,91%	18/11/2013
	Projeto SIM – Sistema de Informações Municipais	81,15%	20/12/2013
	Projeto SGA – Sistema de Gestão de Acompanhamento	100,00%	30/10/2013
	Projeto SEI – Sistema Estadual de Informações - Módulo DCE	20,32%	06/02/2015
	Projeto SIT – Analisador- Módulo Contraditório	Em planejamento	ND
	Projeto SIT- Captador II- Melhorias no Sistema Existente	Em planejamento	ND
	Projeto <i>Business Intelligence</i> - Módulo DIPLAN	100,00%	20/12/2013
	Projeto Licitações	Em planejamento	ND
	Projeto Fiscalização de Obras/CREA	100,00%	18/12/2013
AUDITORIA SOCIAL	Projeto LAI SOCIAL (Lei de Acesso à Informação Social)	21,49%	31/10/2014
TCE DIGITAL II	Projeto Gestão Digital	41,48%	31/12/2014
	Projeto Trâmite Digital	13,72%	31/12/2014

Tabela 19 - Situação dos Projetos Institucionais do TCE-PR em 31/12/2013. Fonte: Sistema *Channel*.

5.1.1 Portfólio de Programas e Projetos Institucionais da Gestão 2013/2014

No TCE-PR, a gestão deste portfólio é de responsabilidade do Grupo Gestor de Portfólio Institucional com a assessoria da Diretoria de Planejamento (DIPLAN). São considerados Projetos Institucionais aqueles selecionados e priorizados pela Alta Administração, com base nas diretrizes definidas pelo Presidente e alinhadas ao Planejamento Estratégico do Tribunal. Os projetos que não foram selecionados para compor o portfólio serão considerados **projetos operacionais**, podendo ser executados sob a responsabilidade da unidade demandante.

Na gestão do biênio 2013/2014, o Portfólio de Projetos Institucionais do Tribunal está dividido em dois programas: “Auditoria Social” e “TCE DIGITAL II”, que possuem, por sua vez, seus respectivos projetos. Além destes, existem outros que não se relacionam com esses programas, os quais estão descritos em “Projetos de Desenvolvimento de Sistemas”.

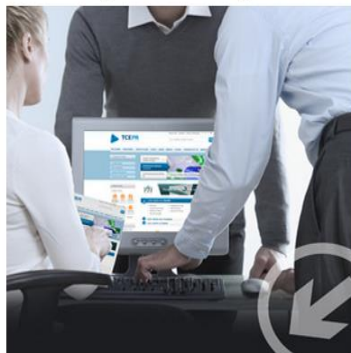
Programa Auditoria Social



OBJETIVOS:

Desenvolver ações que se aproximem dos conceitos de Auditoria Social; Capacitar o cidadão para o exercício efetivo do controle social do gasto público de sua municipalidade; Fomentar a pesquisa e estimular o debate acerca do tema Gestão Pública no meio acadêmico; Direcionar as ações de fiscalização em áreas prioritárias para a sociedade; Tecer ampla rede de controle; Disponibilizar metodologias direcionadas à avaliação da gestão municipal; Divulgar os gastos públicos de forma mais inteligível e acessível ao cidadão.

Programa TCE Digital II



OBJETIVOS:

Concluir a implantação do sistema de trâmite de documentos no âmbito dos procedimentos administrativos e fiscalizatórios não contemplados no trâmite processual; Concluir o desenvolvimento e implementação do novo sistema de suporte logístico e gerencial ao rito processual, da instauração à execução; Avaliar e propor soluções para eventuais demandas que envolvam as práticas e tecnologias relacionadas à adoção de documentos e autos digitais, nos âmbitos administrativos e de fiscalização.

Projetos de Desenvolvimento de Sistemas



OBJETIVOS:

Desenvolver sistemas para fiscalização de atos de pessoal, para agilizar a análise dos processos de prestações de contas de transferência e para acompanhar tempestivamente os atos de gestão nas administrações municipais; reformular o sistema de informações municipais; criar uma ferramenta de inteligência para aumento da efetividade e agilidade na fiscalização dos recursos públicos e para gestão administrativa do TCE-PR.

PROGRAMA AUDITORIA SOCIAL

Através do desdobramento das ações do PAF Social, projeto realizado no biênio 2011/2012, em que o Tribunal trabalhou em cooperação com as universidades públicas estaduais, surgiu a perspectiva de sua continuidade, estabelecendo nova parceria com o meio acadêmico. Dessa forma, surgiu o Programa Auditoria Social, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem a formação e manutenção de ampla rede de controle com a participação efetiva de Universidades, Conselhos Municipais e Estaduais, Entidades de Classe, Observatórios Sociais, Ministério Público e órgãos da administração estadual, tendo como base os conceitos da Auditoria Social.

➤ **PROJETO LAI SOCIAL - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO SOCIAL**

Objetivos: Ampliar o envolvimento da sociedade no monitoramento das ações vinculadas ao cumprimento da Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação); verificar o atendimento ao conteúdo mínimo obrigatório (análise quantitativa); e, sobretudo, contribuir para a avaliação qualitativa da informação disponibilizada, como navegabilidade, clareza e facilidade de acesso.

PROGRAMA TCE DIGITAL II

Objetivo: Consolidar a substituição de documentos impressos por documentos digitais com o desenvolvimento do novo sistema de trâmite e de encaminhamento de documentos não processuais pelo meio digital.

Nesta nova etapa do programa TCE Digital II do ano de 2013, também se iniciaram as ações capazes de imprimir maior dinamismo à tramitação processual. Em paralelo, consolidaram-se medidas para estabelecer novos procedimentos de tramitação de requerimentos funcionais. O projeto ainda conta com a conclusão de aspectos complementares às fases anteriores, consagrando-se como um dos mais importantes em termos de agilidade, sustentabilidade e modernização.

➤ **PROJETO GESTÃO DIGITAL**

Objetivo: Concluir a implantação do sistema de trâmite de documentos digitais, no âmbito dos procedimentos administrativos e fiscalizatórios não contemplados no trâmite processual, até a data limite de 31 de dezembro de 2014.

➤ **PROJETO TRÂMITE DIGITAL**

Objetivo: Concluir o desenvolvimento e implantação do novo sistema de suporte logístico e gerencial ao rito processual, da instauração à execução, em atendimento às exigências do Regimento Interno e às diretrizes da gestão, buscando celeridade através do aproveitamento eficaz das oportunidades decorrentes da utilização de autos digitais e das novas tecnologias adotadas pelo TCE-PR, até a data limite de 31 de dezembro de 2014.

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

➤ **PROJETO AP - ATOS DE PESSOAL**

Objetivo: Desenvolver um sistema de fiscalização dos atos de pessoal sujeitos a registro, de âmbito estadual e municipal, auxiliando no aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas e disponibilizando informações necessárias para o exercício do controle social.

➤ **PROJETO SIM - SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS**

Objetivos: Adequar o plano de contas aos requisitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); padronizar e consolidar as contas públicas, inclusive consórcios e entidades com personalidade jurídica de natureza privada, com a reformulação do Sistema de Informações Municipais.



➤ PROJETO SIT - SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS - CAPTADOR II

Objetivo: Desenvolver novas funcionalidades no Sistema Integrado de Transferências, buscando aperfeiçoar o desempenho da ferramenta para auxiliar no gerenciamento dos recursos pelos usuários, bem como uma melhor fiscalização dos repasses de recursos públicos das transferências voluntárias estaduais e municipais, possibilitando a disponibilização de informações necessárias para o exercício do controle social.

➤ PROJETO SIT - SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS – ANALISADOR

Objetivo: Desenvolver um sistema que permita a melhoria na qualidade e uma maior agilidade na análise dos processos de prestação de contas, e também permita a realização de outras atividades de fiscalização para o controle dos recursos repassados pelo poder público a outros órgãos públicos ou entidades privadas a título de transferência voluntária.

➤ PROJETO SEI - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES - MÓDULO DIRETORIA DE CONTAS ESTADUAIS (DCE)

Objetivo: Estabelecer normas e procedimentos para o registro contábil das entidades do Setor Público e sua captação de forma eletrônica, viabilizando a consolidação das contas públicas e a prestação de contas padronizada de acordo com a legislação vigente, com os Princípios de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), possibilitando, também, a geração das demonstrações contábeis e dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como sua análise de forma eletrônica.

➤ PROJETO SGA - SISTEMA DE GESTÃO DE ACOMPANHAMENTO

Objetivo: Acompanhar tempestivamente os atos de gestão nas administrações municipais; desenvolver rotinas obrigatórias (remuneração de agentes políticos, diárias de vereadores e contribuições previdenciárias); acompanhar os resultados parciais com possibilidade de expansão desse sistema para outras áreas e rotinas.

➤ PROJETO FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - PARCERIA COM CREA-PR

Objetivo: Estabelecer parceria do TCE-PR com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, através da qual será desenvolvido programa de fiscalização de obras públicas paranaenses, compartilhando a metodologia e inserindo informações, por meio de *webservice*, em sistema compatível e integrado com o CREA. O intuito é ampliar a capacidade de fiscalização das obras, garantindo maior abrangência aos procedimentos fiscalizatórios e potencializando os resultados.

➤ PROJETO BUSINESS INTELLIGENCE (BI) - MÓDULO DIPLAN

Objetivo: Reformular o portal do TCE-PR para possibilitar a emissão de relatórios aos usuários internos, aumentar a efetividade e a agilidade na fiscalização dos recursos públicos e o desenvolvimento de ferramenta administrativa para gerenciamento de áreas-meio do Tribunal. Essa ferramenta será utilizada também para gestão administrativa, desde o acompanhamento de processos, requerimentos funcionais e metas por unidade, assim como a emissão de relatórios que contribuam para o controle social e para a gestão dos jurisdicionados.

➤ PROJETO LICITAÇÕES

Objetivo: Correlacionar o preenchimento do mural de licitações e do sistema SIM, analisando estatísticas de dispensas e de inexigibilidades, bem como o recolhimento de multas e os indícios de irregularidades nos processos licitatórios, tais como direcionamento, fracionamento e formação de cartéis etc. Esse projeto contará com a parceria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que tem

trabalhado para o desenvolvimento de metodologia para descoberta de indícios. Os desvios encontrados podem ensejar a adoção de medidas corretivas de múltipla natureza pelo TCE.

➤ **PROJETO SIM-PCA**

Objetivo: Aprimorar o escopo da fiscalização e análise das Prestações de Contas Anuais (PCA) municipais, incorporando indicadores de gestão nas instruções técnicas para subsidiar os Pareceres Prévios com a utilização destes indicadores como critério para seleção de auditorias municipais.

6. ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

As atividades de capacitação da Escola de Gestão Pública (EGP) estiveram voltadas, no 4º trimestre de 2013, tanto para o público interno (servidores) quanto para o externo (jurisdicionados), conforme se observa no quadro resumo e nas tabelas a seguir:

Quadro Resumo			
AÇÕES	Nº AÇÕES	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA
Programa de Capacitação - Jurisdicionado	3	404	24
Outros Eventos	4	-	-
Programa de Capacitação – Servidores do TCE em eventos externos	19	100	2.326
Programa de Capacitação – Servidores (TCE) em Eventos Internos	14	512	95
EGP Virtual	-	-	-
Participação de Servidores em Reuniões Técnicas	3	6	-
Participação de Servidores como Palestrantes	13	18	72
TOTAIS	56	1.040	2.517

Tabela 20 - Fonte: Escola de Gestão Pública.

Programa de Capacitação aos Jurisdicionados - 4ª trimestre de 2013					
CURSO / PALESTRA / SEMINÁRIO / EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS	LOCAL	CARGA HORÁRIA
Transferências voluntárias e SIT - Sistema Integrado de Transferências	7/10/2013	223	24	Foz do Iguaçu	8
Transferências voluntárias e SIT - Sistema Integrado de Transferências	16/10/2013	111	21	Cianorte	8



Transferências voluntárias e SIT - Sistema Integrado de Transferências	20/11/2013	70	25	Cornélio Procópio	8
TOTAL		404			24

Tabela 21 – Programa de Capacitação aos Jurisdicionados

Programa de Capacitação de Servidores - eventos internos -				
4ª trimestre de 2013				
Curso / Palestra / Seminário / Evento	PERÍODO	Nº SERVIDORES	CARGA HORÁRIA	LOCAL
" A Arte de Falar em Público " - Exclusivo para Estagiários (Turma 1)	21/10/2013	28	3	Curitiba
" A Arte de Falar em Público " - Exclusivo para Estagiários (Turma 2)	21/10/2013	45	3	Curitiba
Parceria Público-Privadas Em Foco " - Importância para o Funcionamento do Estado	12/11/2013	99	3	Curitiba
Dia da Segurança da Informação 2013 - Turma 01/Manhã	13/11/2013	80	2	Curitiba
Dia da Segurança da Informação 2013 - Turma 02/Tarde	13/11/2013	58	2	Curitiba
Treinamento DTI - Desenvolvimento MVC-4	18 a 20/11/2013	11	20	Curitiba
Treinamento e Instrução Sobre Primeiros Socorros	21/11/2013	51	4	Curitiba
Drogas e Doenças Sexualmente Transmissíveis - Exclusivo Para Estagiários (Turma 1)	27/11/2013	28	4	Curitiba
Drogas e Doenças Sexualmente Transmissíveis - Exclusivo Para Estagiários (Turma 2)	27/11/2013	37	4	Curitiba
Linguagem Aplicada a Documentos Oficiais do TCE-PR (Turma Manhã)	10, 11, 17 e 18/12/2013	20	16	Curitiba
Linguagem Aplicada A Documentos Oficiais Do TCE-PR (Turma Tarde)	10, 11, 17 e 18/12/2013	20	16	Curitiba
Curso Básico Microsoft SQL Server (Turma 1)	3 e 11/12/2013	12	6	Curitiba
Curso Básico Microsoft SQL Server (Turma 2)	3 e 6/12/2013	11	6	Curitiba
Curso Básico Microsoft SQL Server (Turma 3)	6 e 11/12/2013	12	6	Curitiba
TOTAL		512	95	

Tabela 22 – Programa de Capacitação de Servidores - eventos internos

Programa de Capacitação de Servidores - eventos externos –				
4ª trimestre de 2013				
CURSO / PALESTRA / SEMINÁRIO / EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES	PROMOÇÃO	LOCAL



V Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas	2 a 4 de outubro	2	TCE-MT	Cuiabá-MT
Ensino à Distância: III Congresso de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público	9 a 11 de outubro	19	Instituto Social Iris	Curitiba-PR
XVI Congresso de Direito Administrativo	7 a 9 de outubro	37	Instituto IDEHA	Curitiba-PR
Metodologia de Cálculo de Tarifas de Transporte Coletivo Municipal, na Perspectiva do Controle Externo	15 e 16 de outubro	4	TCE-RS	Porto Alegre-RS
Auditoria Coordenada na Área de Educação (Ensino Médio) - Oficina de Trabalho de Achados e Relatório - Painel de Referências de Achados	15 a 18 de outubro	4	TCU	Brasília-DF
7º Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública	17 e 18 de outubro	1	Fórum Cultural Organização de Eventos Ltda.	Brasília-DF
Fórum: Impacto das Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público nas Atividades dos Tribunais de Contas	21 e 22 de outubro	5	Instituto Rui Barbosa e ATRICON	Brasília-DF
Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC - Planejamento, Licitação e Contratação de Obras Públicas	30 de outubro a 01 de novembro	1	IDEHA - Instituto de Desenvolvimento de Habilidades Ltda.	São Paulo-SP
Auditoria e Processos de Licitação e Obras Públicas	4 e 5 de novembro	2	Banco Mundial	Brasília-DF
XXVII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo	4 a 6 de novembro	2	Instituto Brasileiro de Direito Administrativo	Fortaleza-CE
Symposium Itxpo 2013	4 a 7 de novembro	2	Gartner	São Paulo-SP
Folha de Pagamento e Sua Nova Forma de Processamento	11 de novembro	1	IBECC	Curitiba-PR
Fortalecimento de Parcerias na Auditoria de Projetos	11 e 12 de novembro	1	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Brasília-DF
XX Congresso Brasileiro de Custos	18 e 20 de novembro	1	FEPESSES	Uberlândia-MG
6º Seminário de Orientação ao Gestor Público	20 de novembro	1	Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul	Porto Alegre-RS
EAD: Práticas Previdenciárias: Regimes Próprios de Previdência Social - Teoria e Prática	18 de outubro a 23 de novembro	3	Associação dos Juizes Federais do Rio Grande do Sul	Curso à Distância
EAD: Contas do Governo e Gestão	7 de outubro a 24 de novembro	4	Instituto Rui Barbosa	Curso à Distância
XXVII Congresso Brasileiro dos Tribunais de Contas - I Feira Nacional do Sistema de Controle Externo	3 a 6 de dezembro	9	ATRICON/IRB	Vitória-ES
Encontro da Rede de Controle da Gestão Pública dos Estados das Regiões Sul e Centro-Oeste	11 a 13 de dezembro	1	Ministério Público de Contas do Mato Grosso	Cuiabá-MT
TOTAL		100		

Tabela 23 - Programa de Capacitação de Servidores - eventos externos

Encontros Técnicos - 4ª trimestre de 2013			
Curso / Palestra / Seminário / Evento	Período	Promoção	Local



Programa de Estudos STN - Contabilidade Aplicada ao Setor Público	30 e 31 de outubro	Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Brasília-DF
GTREL - Grupo Técnico de Padronização de Relatórios	26 a 28 de novembro	Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Brasília-DF
GTCO - Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis	27 a 29 de novembro	Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Brasília-DF

Tabela 24 – Encontros Técnicos

Outros Eventos- 4ª trimestre de 2013		
Curso / Palestra / Seminário / Evento	Período	Promoção
I Encontro Estadual da Rede de Controle da Gestão Pública – Manhã	17 de outubro	Escola de Gestão Pública do TCE-PR
I Encontro Estadual da Rede de Controle da Gestão Pública – Manhã e Tarde	17 de outubro	Escola de Gestão Pública do TCE-PR
EaD - Apresentação do Sistema de Capacitação de Jurisdicionados	26 de novembro	Escola de Gestão Pública do TCE-PR
Dia Internacional Contra à Corrupção	9 de dezembro	Escola de Gestão Pública do TCE-PR

Tabela 25 – Outros Eventos

7. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL

Durante o 4º trimestre de 2013, o TCE-PR **empenhou** o percentual de 16,22% do orçamento anual atualizado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	Orçamento Atualizado para 2013 (R\$)	Empenhado no 4º Trimestre 2013 (R\$)	%
Despesas Correntes	292.897.620,00	56.764.353,61	19,38
Pessoal	261.978.620,00	55.923.528,28	21,35
Outros Custeios	30.919.000,00	840.825,33	2,72
Despesas de Capital	57.936.000,00	128.880,10	0,22
Obra	47.256.000,00	-290.175,00	-0,61
Equipamento	10.680.000,00	419.055,10	3,92
TOTAL	350.833.620,00	56.893.233,71	16,22

Tabela 26 - orçamento atualizado x orçamento empenhado - Fonte: QDD-SEFANET.

Neste mesmo período, foi **liquidado** o percentual de 17,72% do orçamento inicial atualizado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	Orçamento Atualizado para 2013 (R\$)	Liquidado no 4º Trimestre 2013 (R\$)	%
Despesas Correntes	292.897.620,00	60.941.844,39	20,80
Pessoal	261.978.620,00	56.359.914,84	21,51

Outros Custeios	30.919.000,00	4.581.929,55	14,82
Despesas de Capital	57.936.000,00	1.215.062,24	2,10
Obra	47.256.000,00	1.167.987,74	2,47
Equipamento	10.680.000,00	47.074,50	0,44
TOTAL	350.833.620,00	62.156.906,63	17,72

Tabela 27 - orçamento atualizado x orçamento liquidado - Fonte: QDD-SEFANET.

Os resultados indicam que a execução orçamentária no período seguiu em ritmo normal, considerados o percentual de execução do orçamento e o tempo decorrido.

8. GESTÃO DE PESSOAS

➤ QUADRO DOS SERVIDORES DO TCE-PR

No quarto trimestre de 2013, a composição do quadro funcional de servidores estatutários ativos, bem como as respectivas movimentações, consta a seguir:

CARGOS	4º trimestre 2013
Nível Superior*	476
Nível Médio	117
Nível Fundamental	5
Cargos em Comissão	117
TOTAL	715
Aposentadorias	3
Exonerações de cargos efetivos	3
Nomeações de cargos efetivos (concurso público)	0

Tabela 28 – Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

* Nível Superior compreende os seguintes cargos: Analista de Controle, Consultor Técnico e Consultor Jurídico.

9. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O TCE-PR vem intensificando o uso da tecnologia da informação em suas atividades de controle externo como forma de estabelecer um sistema de informações transparente, integrado, tempestivo e confiável. A modernização tecnológica tem sido uma diretriz contínua das segundas administrações da Casa.

As ações que mais se destacaram no quarto trimestre de 2013 estão categorizadas por assunto no quadro abaixo:

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE



Desenvolvimento do SIAP (Sistema de Atos de Pessoal).	Implantado o piloto do SIAP – Módulo Aposentadoria – Captação
	Módulos de Captação de Admissão – em desenvolvimento
Desenvolvimento do SGA (Sistema de Gestão de Acompanhamento do SIM-AM).	Finalizado o projeto SGA em dez/2013.
	Inicialmente previsto para jul/2013, o sistema está em fase de implantação na produção.
Desenvolvimento do novo SIM-AM, versão 2013.	Módulo Relatórios – em desenvolvimento.
Desenvolvimento do AGEN (Analisador Genérico).	Finalizada a primeira etapa do sistema Analisador Genérico, permitindo que a análise e geração automática de instruções possam ser implantadas em vários sistemas de captação do TCE-PR.

Tabela 29 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação.

ÁREA DE INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
- Aumento no nível de maturidade em Segurança da Informação por parte do corpo funcional;
- Realização do Dia da Segurança da Informação;
- Contratações de novos links Internet com mais velocidade;
- Contratações de novas fibras óticas para interligação a Celepar;
- Reformas de pontos de rede devido a mudanças de layout;
- Atualizações de sistemas operacionais de servidores para linha Windows Server 2012;
- Atualizações de softwares de gerenciamento para linha System Center 2012.

Tabela 30 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Dados quantitativos da DTI – 4º trimestre 2013	
Atendimentos de solicitações de serviços realizados	2.234
Atendimentos de demandas do Canal de Comunicação realizados	896

Tabela 31 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação.

10. ATOS NORMATIVOS

Os atos normativos elaborados pelo Tribunal consistem em Resoluções, Instruções Normativas, Instruções de Serviço e Portarias. A relação dos atos publicados no 4º trimestre de 2013 consta das tabelas a seguir:

➤ Resoluções

Resolução Nº 40/2013	<i>Altera as Resoluções nº 1 e 2 de 2006 e 24 de 2010, que tratam do Regimento Interno.</i>
-----------------------------	---

Tabela 32 – Fonte: Intranet – TCE-PR.



➤ Instruções Normativas

Instrução Normativa Nº 91/2013	<i>Dispõe sobre o encaminhamento da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual, relativa ao exercício de 2013, nos termos do RI/TCE-PR.</i>
Instrução Normativa Nº 92/2013	<i>Dispõe sobre o encaminhamento das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, inclusive os Fundos Especiais, relativas ao exercício de 2013, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.</i>

Tabela 33 – Fonte: Intranet – TCE-PR.

➤ Instruções de Serviço

Instrução de Serviço Nº 58/2013	<i>Dispõe sobre a delegação às unidades administrativas dos despachos iniciais de citação ou intimação para o exercício do contraditório e realização de diligências, e dá outras providências.</i>
Instrução de Serviço Nº 59/2013	<i>Dispõe sobre a emissão automática das certidões de publicação pelo sistema informatizado e dá outras providências.</i>
Instrução de Serviço Nº 60/2013	<i>Dispõe sobre a tramitação eletrônica dos requerimentos para os atos de Execução Orçamentária do Tribunal e do FETC/PR, e dá outras providências.</i>
Instrução de Serviço Nº 61/2013	<i>Dispõe sobre a delegação de despachos de mero expediente de que trata o art. 32, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal.</i>
Instrução de Serviço Nº 62/2013	<i>Dispõe sobre a tramitação das Comunicações oriundas dos órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências.</i>

Tabela 34 - Fonte: Intranet – TCE-PR.

➤ Portarias

Portaria Nº 1.112/2013	<i>Dispõe sobre o valor de multa, para o ano de 2014, como o valor mínimo para expedição de Certidão de Débito para execução individual.</i>
Portaria Nº 1.114/2013	<i>Atualiza os valores das multas estabelecidos nos incisos I, II, III, IV e V do art. 87 da Lei Orgânica.</i>

Tabela 35 – Fonte: Intranet – TCE-PR.

11. ATIVIDADES DA SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Na tabela a seguir, consta a quantificação das atividades referentes à Secretaria do Tribunal Pleno, a saber:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO – 4º TRIMESTRE	
Sessões de Julgamento Realizadas	11
Número de Processos Julgados	1.291



Número de Processos Recebidos	1.368
Número de Processos Expedidos	394
Despachos Processuais Diversos	84
Certidões de Trânsito em Julgado	253
Certidões de Publicação	187
Atas de Sessão Ordinárias	11
Certidões de Sessão (retirados de pauta, adiados, com vista e sobrestados)	166
Número de Processos em Poder em 31/12/13	1.130
Número de Processos em Atraso - (mais de 90 dias)	0
Acórdãos Emitidos	1.280
Acórdãos de Parecer Prévio Emitidos	11
Processo Pendentes de Assinatura	1.015
Certidões Diversas	2

Tabela 36 – Atividades desenvolvidas pela Secretaria do Tribunal Pleno.

CAPÍTULO V - COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO

12. COMUNICAÇÃO

No último trimestre de 2013, assim como nos demais, diferentes formas de comunicação foram utilizadas pelo Tribunal para suprir as mais variadas necessidades de informações de seus diferentes clientes:

- **jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **servidores** - dados e informações de caráter funcional;



- **público externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

No ano de 2013, o Tribunal de Contas contou com um novo instrumento de comunicação à disposição de servidores, jurisdicionados e público externo, publicado na página inicial do portal do TCE na internet. É o “Minuto TCE”, série de vídeos, com cerca de um minuto de duração, que abordam as atividades realizadas pelo Tribunal, orientações aos órgãos fiscalizados, cursos e seminários promovidos pela Escola de Gestão Pública e outras informações de caráter institucional.

Na sequência, consta o quadro com os dados quantitativos da Diretoria de Comunicação Social:

Itens produzidos	4º trimestre 2013
<i>Releases para imprensa</i>	171
Periódico eletrônico “Contando para Você”, de circulação interna	11
Boletim eletrônico “Tecer”, voltado ao público externo	7
Postagens no <i>Twitter e Facebook</i>	247

Tabela 37 – Fonte: Diretoria de Comunicação Social.

13. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A atual gestão desta Casa de Contas tem como meta, assim como as anteriores, consolidar o TCE-PR como agente de controle externo atuante em tempo real e próximo à sociedade, fornecendo informações necessárias para o exercício do controle social. Para isso, foram estabelecidas novas possibilidades de parcerias com as entidades de classe e órgãos públicos de grande expressão, além da integração com diferentes agentes sociais, objetivando consolidar a transparência e a eficiência no acompanhamento do uso dos recursos públicos, igualmente dos gastos e investimentos.

13.1 CONVÊNIOS E CONGÊNERES

Nesse trimestre, o Tribunal de Contas celebrou importantes parcerias, em especial, consolidando sua atuação integrada com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). Dentre os importantes projetos capitaneados por essas instituições, está a Sistemática de Avaliação da Qualidade e Agilidade do Controle Externo, que consiste no desenvolvimento de um parâmetro nacional para verificar o desempenho das atividades dos tribunais de contas brasileiros.

Destaca-se, ainda, a formação da Rede Nacional de Informações Estratégicas, cujo termo foi protocolado nesse período e encontra-se em tramitação neste Tribunal. Tal ação formaliza uma das mais significativas linhas de trabalho institucional, que serve de motivação para busca de convênios de intercâmbio de informações e dados.

Cabe salientar a importância da parceria firmada com o DETRAN, cujos dados serão utilizados fundamentalmente pela Diretoria de Informações Estratégicas (DIE), com o intuito de cruzar informações sobre as frotas das entidades jurisdicionadas, agentes públicos condutores destes veículos, entre outros, possibilitando um ganho bilateral em eficiência das ações de fiscalização.



Por fim, tem-se como destaque especial a parceria com a Associação de Municípios do Paraná para realização de cursos e eventos à distância.

Permanecem em negociação outros convênios de grande relevância, tais como o ajuste entre Tribunal de Contas e Secretaria de Estado e Governo do Paraná, cujos dados servirão para alimentar o Sistema de Atos de Pessoal (SIAP). A tabela abaixo descreve alguns dos convênios articulados ao longo desse trimestre:

PARTÍCIPE	RESUMO DO OBJETO
Secretaria de Estado do Governo (SEEG)	Intercâmbio de dado, em especial, obtenção de informações a serem disponibilizadas pelas Secretarias Estaduais e da legislação para uso no SIAP.
Ministério do Trabalho e Emprego	Facilitar o acesso às informações constantes dos bancos de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conferindo maior eficiência à Administração Pública.
SANEPAR	Intercâmbio de informações, com identificação de endereços e cruzamento de valores de faturas declaradas e pagas pelas entidades públicas, visando a coibir práticas que tenham potencial de gerar desperdício ou desvio de recursos públicos.
Conselho Regional de Contabilidade (CRC)	Intercâmbio e integração de informações, de bases de dados e de soluções de tecnologia da informação de interesse recíproco entre as instituições convenentes, visando a otimizar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.
Ministério da Previdência	Intercâmbio e integração de informações, bases de dados e de soluções de TI de interesse recíproco do TCE-PR e MPS, em especial o acesso ao sistema integrado de informações previdenciárias, de controle de óbitos e de dados sociais.

Tabela 38 – Contatos Preliminares.

13.1.1 Parcerias Relevantes - Vigentes ou em Tramitação no Período

I- ENTIDADES DE CLASSE			
PROTOCOLO	SITUAÇÃO	CONVÊNIO	DETALHAMENTO
-	início das tratativas	Conselho Regional de Contabilidade	Intercâmbio e integração de informações, de bases de dados e de soluções de tecnologia da informação de interesse recíproco entre as instituições convenentes, visando a otimizar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.
833750/12	em tramitação	Conselho Regional de Enfermagem	Intercâmbio e integração de informações, de bases de dados e de soluções de tecnologia da informação de interesse recíproco entre as instituições convenentes, visando aperfeiçoar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.
606408/11	vigente	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	Aproximação e integração dos convenentes para aprimoramento das obras públicas e uso de sistemas de informação e divulgação da atuação.



833726/12	em tramitação	Conselho Regional de Medicina	Intercâmbio e integração de informações, de bases de dados e de soluções de tecnologia da informação de interesse recíproco entre as instituições convenientes, visando melhorar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.
833696/12	em tramitação	Conselho Regional de Odontologia	Intercâmbio e integração de informações, de bases de dados e de soluções de tecnologia da informação de interesse recíproco entre as instituições convenientes, visando otimizar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.

Tabela 39 – Convênios e Congêneres (Entidades de Classe).

II- OUTROS CONVÊNIOS PARA BASE DE DADOS			
PROTOCOLO	SITUAÇÃO	CONVÊNIO	DETALHAMENTO
9241/13	vigente. acórdão publicado no DETC em 20/03/2013	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior	Possibilitar o acesso pelo TCE-PR ao cadastro nacional de empresas mercantis, pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio e pela secretaria de Comércio e Serviços.
745304/12	vigente	Caixa Econômica	Possibilidade do acesso às informações registradas no SINAPI – SIPCI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), bem como contratação de treinamentos especiais para sua utilização.
781467/12	em tramitação	SIPREV	Disponibilização de carregamento dos dados dos servidores ativos e dependentes deste Tribunal para a Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.
223740/12	vigente	PARANAPREVIDÊNCIA	Estabelecimento de regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações de base de dados e de soluções de tecnologia da informação, visando a otimizar as atividades de fiscalização, bem como evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.
63236/09	vigente	PARANAPREVIDÊNCIA	Concessão e manutenção de benefícios previdenciários aos Conselheiros, Auditores, Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e servidores titulares de cargos efetivos, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e seus dependentes, bem como a gestão e o processamento das respectivas folhas de pagamento.
157073/10	vigente	TRT, MP, Associações de Municípios do Paraná	Estabelecer ordem cronológica única na apresentação de precatórios, com trocas de informações.
-	início das tratativas	IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social	Compartilhamento da base estatística e intercâmbio de banco de dados.
812099/13	vigente	DETRAN	Estabelecimento de regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações, de bases de dados, e de soluções de tecnologia da informação.
236577/09	vigente	TCE-TO	Aprimorar e fortalecer os mecanismos com os quais opera o controle externo.



804030/13	em tramitação	SEFA	Estabelecer regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações, de bases de dados, e de soluções de tecnologia da informação, de interesse recíproco entre o TCE-PR e a SEFA, visando a otimizar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.
266247/10	vigente	TJ-PR	Desenvolvimento de ações conjuntas e de proveito recíproco, visando ao aprimoramento do desempenho das respectivas atribuições constitucionais e legais, por meio de intercâmbio de informações, de conhecimentos e técnicas, de cooperação técnica, científica e cultural, em conformidade com as especificações e demais discriminações constantes no protocolo nº 86.932/2010.
575931/06	vigente	TRT	Instituir o intercâmbio permanente de informações no que se refere ao controle de contas dos Municípios do Estado do Paraná.

Tabela 40 – Convênios e congêneres (outros convênios para base de dados).

III- UNIVERSIDADES E PROJETOS TÉCNICO-INSTITUCIONAIS			
PROTOCOLO	SITUAÇÃO	CONVÊNIO	DETALHAMENTO
28556/12	vigente	UTFPR	Fomentar pesquisa à tecnologia da informação nas áreas de engenharia de <i>software</i> e sistemas de informação com equipes compostas por servidores do TCE-PR e pesquisadores e alunos da UTFPR.
164654/12	vigente	UFPR	Fornecimento de bolsas auxílio para contratação de alunos bolsistas de nível de graduação e professores orientadores do curso de Engenharia Civil ou Arquitetura, para atuarem em atividades auxiliares de controle externo a serem desenvolvidas pelos técnicos da DIFOP do TCE-PR relativas à fiscalização das obras destinadas à Copa do Mundo de Futebol de 2014 em Curitiba.
624594/13	vigente	Projeto LAI Social	O presente Termo de cooperação tem por objeto o envolvimento da comunidade acadêmica na avaliação dos requisitos qualitativos e quantitativos, bem como no monitoramento das ações vinculadas ao cumprimento da Lei Federal nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI) nos municípios paranaenses.
878740/13	em tramitação	Associação de Municípios Paraná (AMP)	Convênio com a Associação de Municípios Paraná (AMP) para geração, distribuição e recepção dos cursos e treinamentos realizados pela Escola de Gestão do Tribunal de Contas, visando à capacitação a distância dos agentes públicos municipais.

Tabela 41 – Convênios e congêneres (Universidades e Projetos Técnico-Institucionais).

IV- LICENCIAMENTOS			
PROTOCOLO	SITUAÇÃO	CONVÊNIO	DETALHAMENTO



790695/12	vigente. acórdão publicado no DETC em 15/02/2013	SAEWEB	Disponibilização dos direitos de uso do sistema informatizado denominado Sistema de Gestão de Auditoria - SAE WEB -, caracterizado por funcionalidades que compreendem as fases operacionais e gerenciais de uma auditoria.
205741/12	vigente	TCU	Licenciamento para o uso do programa de computador Fiscalis Execução <i>off line</i> .
270299/11	vigente	IRB Channel	Licença permanente de uso do software de gestão estratégica e gestão de projetos CHANNEL, da empresa JExperts, baseado na metodologia <i>Balanced Scorecard</i> – BSC – e PMBOK, para número ilimitado de usuários, incluindo os serviços de instalação, configuração e capacitação técnica presencial básica, nos termos definidos no Contrato nº 02/2011.

Tabela 42 – Convênios e congêneres/Licenciamentos.

V- CONTROLE SOCIAL			
PROTOCOLO	SITUAÇÃO	CONVÊNIO	DETALHAMENTO
335351/12	vigente	OSB - Observatórios Sociais do Brasil	Cooperação para fiscalização das contas públicas.
482691/10	vigente	GESPÚBLICA	Termo de compromisso para participação no desenvolvimento do Comitê Gestor, enviando esforços de divulgação e incentivo à atuação voluntária de seus colaboradores.
569480/11	parceria informal	INST. ETHOS e outros	Projeto Jogos Limpos – Estabelecimento de rede de controle social para os jogos da Copa 2014.

Tabela 43 – Convênios e congêneres/Controle Social.

VI- PARCERIAS ENTRE UNIDADES DE INTELIGÊNCIA			
PROTOCOLO	SITUAÇÃO	CONVÊNIO	DETALHAMENTO
833777/12	vigente. acórdão publicado no DETC em 20/03/2013	TCU	Intercâmbio de dados e conhecimentos entre unidades de inteligência com o objetivo de proporcionar o aumento da eficiência das ações de controle dos partícipes.
210781/13	vigente	TCE-RS	Cooperação entre ambos os Tribunais nas áreas técnicas e funcionais com a finalidade de fortalecer e aprimorar os mecanismos de controle externo.
-	início das tratativas	TCE-PE	Intercâmbio de dados e conhecimentos entre unidades de inteligência e adoção de decisões que aumentem a eficiência do controle externo e desenvolvam técnicas de investigação de ilícitos administrativos.

Tabela 44 – Convênios e congêneres (parcerias entre Unidades de Inteligência).

VII- OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, AUDITORIAS COFINANCIADAS E INTEGRAÇÃO ENTRE TRIBUNAIS DE CONTAS			
PROTOCOLO	SITUAÇÃO	CONVÊNIO	DETALHAMENTO

563986/13	vigente	IRB/PROMOEX	Termo aditivo do IRB/PROMOEX para prorrogação de prazo.
686689/13	vigente	ATRICON	Adesão à Sistemática de Avaliação de Qualidade e Agilidade do Controle Externo.
414956/13	vigente	SNJ, CNPG, TCU, IRB e ATRICON	Protocolo de Intenções entre SNJ, CNPG, TCU, IRB e ATRICON para repreensão de fraudes e cartéis de licitação.
815993/13	em tramitação	IRB/ATRICON	Formação da Rede Nacional de Informações Estratégicas, que estabelece a cooperação entre os partícipes para intercâmbio de conhecimentos e dados por meio das unidades de informações estratégicas, proporcionando o aumento da eficiência das ações de controle externo.
34912/12	vigente	SEBRAE	Voltados à divulgação e capacitação quanto ao tratamento diferenciado a ser dado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações Públicas.
58331/12	vigente	MPPR	Aditivo ao 514909/10. Cooperação visando a conferir agilidade aos trabalhos desenvolvidos no MPPR, mormente no tocante à proteção ao patrimônio público e à ordem tributária, à educação e ao combate aos crimes praticados por prefeitos.
582703/11	vigente	PGE e MPJTC	Integração comum para estabelecimento de rotinas para obter maior eficácia na execução fiscal e defesa judicial dos atos emanados.
98406/12	vigente	IRB - Aditivo	Apoio técnico e financeiro à execução do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos estados e dos municípios brasileiros.
718285/12	vigente	Aditivo IRB PROMOEX	Apoio técnico e financeiro à execução do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos estados e dos municípios brasileiros - PROMOEX.
330775/12	vigente	SAE PR	Promoção do intercâmbio de informações e experiências para a implementação dos instrumentos da Lei de Acesso à Informação.
651687/12	vigente	Aditivo SAE PR	Promoção do intercâmbio de informações e experiências para a implementação dos instrumentos da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.524, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do TCE-PR e da SAE PR. Assinado convênio em 21/09/2012.
404051/12	vigente	SEBRAE - SEAP - SEAE	Cooperação mútua visando ao desenvolvimento de ações a serem executadas referentes ao programa de formação empreendedora para entidades que atuam junto ao Terceiro Setor.
534052/12	vigente	BID	Auditoria de Projetos e Programas Financiados pelo BID.
15379/04	vigente	CGU	Realização de trabalhos de auditoria nas contas de programas e projetos cofinanciados pelo BIRD e em execução com responsabilidade do Governo do Estado do Paraná.
65233-7/11	vigente	IRB	Visa ao desenvolvimento de projeto e atividades de natureza técnica e científica através do fortalecimento da integração e modernização dos TCs. Foi assinado o convênio em 9/10/2012.
649283/12	vigente	PR sem Corrupção	Promoção e apoio ao combate à corrupção e disseminação de uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania. Assinado o convênio em 24/09/2012.

574283/12	vigente	Aditivo ATRICON-PROMOEX	Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios brasileiros. Assinado convênio em 31/12/2012.
671750/12	vigente	Ibraop - TCs - Atricon	Desenvolvimento de ações voltadas ao aprimoramento da gestão e do controle de obras públicas no Brasil, bem como para uniformização de entendimentos por meio da elaboração de Orientações Técnicas.
349860/13	vigente	SEAP	Estabelecimento de regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações, de bases de dados, e de soluções de tecnologia da informação, de interesse recíproco entre o TCE-PR e a SEAP, tendo como interveniente o Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA, visando a otimizar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.
228930/09	vigente	Rede de Controle / TCU	Viabilizar o apoio a ações de fiscalização no âmbito de cada partícipe e a cooperação conjunta para estruturação e funcionamento de rede de relacionamento entre órgãos e entidades públicas voltadas para a fiscalização e o controle da gestão pública.
305536/09	vigente	Convênio Copa	Estabelecer um fluxo de informações constante sobre a execução orçamentária relativa às obras de infraestrutura da Copa de 2014.
243418/13	vigente	TCU	Realização de auditoria coordenada na área de educação, com a finalidade a identificação problemas que afetam o ensino médio no Brasil, assim como a avaliação de ações que procurem eliminar ou mitigar suas causas.

Tabela 45 – Convênios e congêneres (outras Instituições Públicas, Auditorias Cofinanciadas e Integração entre Tribunais de Contas).

13.2 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná teve participação intensa em dezenas de eventos que envolveram diversos órgãos da Administração Pública e da iniciativa privada, representado tanto por seu Presidente como por Conselheiros, Procuradores, Auditores ou técnicos de seu corpo funcional, sempre procurando contribuir de forma efetiva com os eventos. Foram seminários, encontros, treinamentos, conferências, visitas técnicas, reuniões e palestras que abordaram assuntos diversos: capacitação de jurisdicionado, gestão de recursos humanos, sistemas operacionais, licitações e contratos, padronização de procedimentos na área da fiscalização do erário, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, uniformização de procedimentos de auditoria, evolução de gestão da infraestrutura de Tecnologia da Informática, controle externo e regimes de previdência, além de outros temas.

Durante a realização do XXVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, em Vitória (ES), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) homenageou o comitê responsável pelas iniciativas que resultaram na criação da Rede Nacional de Informações Estratégicas do Controle Externo (InfoContas). O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conselheiro Artagão de Mattos Leão, e o diretor de Informações Estratégicas da Casa, Reginaldo Bitello, receberam certificados denominados "Homens e Mulheres da República". O evento reuniu cerca de 1.100 participantes, sendo realizado pela Atricon, partilhada com o Tribunal de Contas do Espírito Santo, como anfitrião, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

A Rede InfoContas tem, entre seus objetivos, criar a cultura da informação trabalhada, articulação institucional e compartilhamento de soluções de Tecnologia da Informação entre as instituições de controle externo brasileiras. Utiliza, basicamente, a inteligência como instrumento que possibilita a coleta e a busca de dados e informações com vistas à produção de conhecimento para adequada tomada de decisões e, conseqüentemente, obtenção de maior eficiência por parte da administração pública.

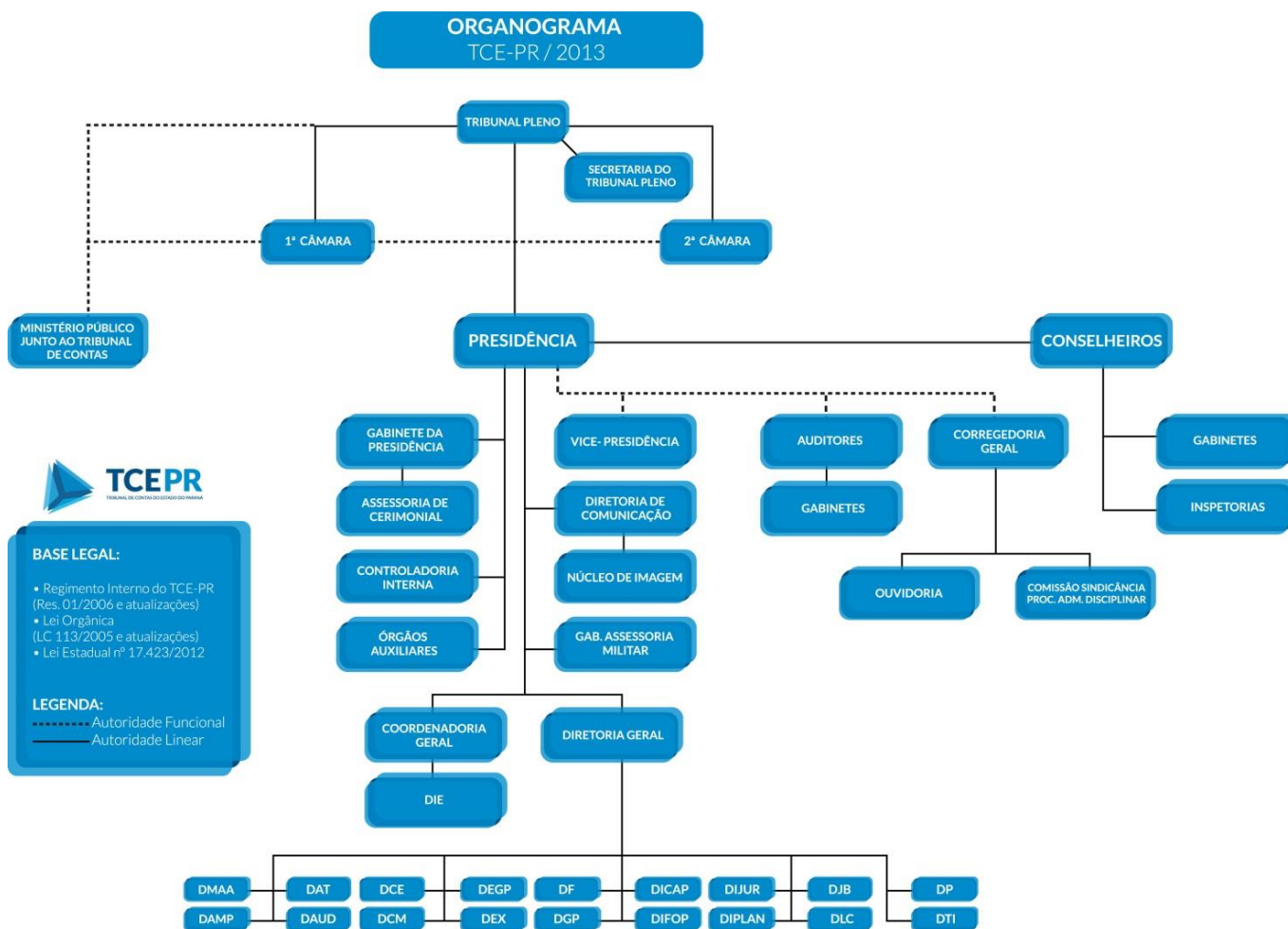
Representação Institucional - 4º Trimestre de 2013	
EVENTO	CIDADE
OUTUBRO	
Visita técnica TCE-RS - metodologia de cálculo de tarifas de transporte coletivo municipal na perspectiva do controle externo	Porto Alegre
Capacitação de jurisdicionado	Foz do Iguaçu
TCE-MT - V Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos TCs	Cuiabá
Seminário de Transferências Voluntárias e SIT	Foz do Iguaçu
Auditoria coordenada na área de educação	Brasília
ATRICON - impacto das novas normas de contabilidade	Brasília
Fórum sobre normas de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP)	Brasília
Encontro técnico da metodologia de cálculo de tarifas de transporte coletivo municipal	Porto Alegre
7º Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública	Brasília
NOVEMBRO	
Symposium Itxpo 2013 – Sistema Tecnologia da Informação	São Paulo
XXVII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo	Fortaleza
Congresso Gestão de Pessoas no Setor Público	São Paulo
Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis	Brasília
Reunião Comissão de Sistema de Auditoria	Brasília
Fortalecimento de Parcerias na Auditoria de Projetos BID	Brasília
GTREL - Grupo Técnico de Padronização de Relatórios	Brasília
6º Seminário de Orientação ao Gestor Público	Porto Alegre
DEZEMBRO	
XXVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil	Vitória
Seminário Internacional 2013 Gestão Pública Contemporânea	São Paulo
Encontro da Rede de Controle da Gestão Pública	Cuiabá

Tabela 46 – Representações institucionais.

CAPÍTULO VI – ANEXOS E OUTRAS INFORMAÇÕES

14. ANEXOS

14.1 ANEXO I – “ORGANOGRAMA”





15. FONTES DE INFORMAÇÕES

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Portal na internet disponível em www.tce.pr.gov.br

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Informações internas de cada unidade do TCE-PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dados do Sistema de Trâmite do TCE-PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relatório Planejamento 2013/2014.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Plano Anual de Fiscalização 2013.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Regimento Interno do TCE-PR (Res. 01/2006 e atualizações).

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Lei Orgânica do TCE-PR (Lei Complementar nº 113/2005 e atualizações).

16. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
AOPs	Auditorias Operacionais
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
BI	<i>Business Intelligence</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BPM	<i>Business Process Management</i> (Gerenciamento de Processos de Negócio)
BPMN	<i>Business Process Modeling Notation</i> (Notação de Modelagem de Processos de Negócio)
CACO	Canal de Comunicação
CAP/SA	Clube Atlético Paranaense – Sociedade Anônima
CG	Coordenadoria Geral
CGU	Controladoria Geral da União
CI	Controladoria Interna
CRC-PR	Conselho Regional de Contabilidade - subseção Paraná
CREA-PR	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - subseção Paraná
DAMP	Diretoria de Administração do Material e Patrimônio
DAT	Diretoria de Análise de Transferências
DAUD	Diretoria de Auditorias
DCE	Diretoria de Contas Estaduais
DCM	Diretoria de Contas Municipais
DCS	Diretoria de Comunicação Social
DDM	Decisão Definitiva Monocrática
DETC	Diário Eletrônico do Tribunal de Contas
DEX	Diretoria de Execuções
DF	Diretoria Financeira
DG	Diretoria Geral
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIFOP	Diretoria de Fiscalização de Obras Públicas
DIJUR	Diretoria Jurídica
DIPLAN	Diretoria de Planejamento do TCE-PR
DJB	Diretoria de Jurisprudência e Biblioteca
DLC	Diretoria de Licitações e Contratos
DMAA	Diretoria de Manutenção e Apoio Administrativo
DP	Diretoria de Protocolo
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Ensino à Distância



EGP	Escola de Gestão Pública do TCE-PR
IBRAOP	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas
ICE	Inspetoria de Controle Externo
IN	Instrução Normativa
IRB	Instituto Rui Barbosa
MPJTC	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
MPPR	Ministério Público do Paraná
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OAB-PR	Ordem dos Advogados do Brasil – subseção Paraná
OSB	Observatórios Sociais do Brasil
PAF	Programa Anual de Fiscalização
PMBOK	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
PROMOEX	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros
RI	Regimento Interno
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAE-PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos do Estado do Paraná
SAEWEB	Sistema de Gestão de Auditoria (<i>software</i>)
SEAE	Secretaria para Assuntos Estratégicos do Estado do Paraná
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAM	Secretarias das Câmaras
SEI	Sistema Estadual de Informações
SIAP	Sistema Integrado de Atos de Pessoal
SIM	Sistema de Informações Municipais
SIM-AM	Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal
SIPREV	Sistema da Gestão de Previdência do Ministério da Previdência Social
SIT	Sistema Integrado de Transferências
TC	Tribunal de Contas
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
URBS	Urbanização de Curitiba
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ